



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Apresentação: 13/07/2021 13:54 - PLEN
EMP 2 => PDL 28/2019

EMP n.2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2019

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

(Da Sra. Joenia Wapichana)

Exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima (RR).

Inclua-se ao artigo 3º do Projeto de Decreto Legislativo nº 28/2019, as seguintes disposições:

"§1º Será assegurado, previamente, aos povos indígenas afetados e suas organizações representativas, durante todo o processo administrativo de identificação e demarcação da área urbana municipal, a consulta livre, prévia e informada conforme diretrizes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

I - A metodologia do processo de consulta será definida prévia e conjuntamente com as comunidades, povos indígenas e suas organizações representativas, a fim de estabelecer os parâmetros de deliberação.

II - A consulta às comunidades indígenas deve atender aos requisitos de acessibilidade às suas especificidades culturais, linguísticas e organizacionais.

III - Deverão integrar o processo de consulta os órgãos oficiais indigenista e ambiental e o Ministério Público Federal.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219580129500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Inclua-se o artigo 4º, com a seguinte disposição:

Art. 4º Será criado um Grupo de Trabalho pela Fundação Nacional do Índio para avaliar os danos causados aos povos indígenas pelo estabelecimento da sede municipal dentro do perímetro da Terra Indígena e propor indenização, com a participação do Ministério Público Federal, aos povos indígenas afetados e suas organizações representativas que serão consultadas, conforme disposto no §1º, art. 3º desta lei.

Apresentação: 13/07/2021 13:54 - PLEN
EMP 2 => PDL 28/2019

EMP n.2



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219580129500>





JUSTIFICAÇÃO

O direito à consulta livre, prévia e informada, representa requisito fundamental para a relação entre os Estados e povos indígenas e está previsto, em âmbito internacional, na Convenção de número 169 adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 1989.

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Apresentação: 13/07/2021 13:54 - PLEN
EMP 2 => PDL 28/2019

EMP n.2

Adentrou o ordenamento pátrio ratificada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20/6/2002, passando a vigorar em 2003. Esta ratificação é compreendida pelo Supremo Tribunal Federal como condição necessária e suficiente para a introdução da norma internacional em caráter de lei ordinária, dotada de suprallegalidade, e de aplicação direta. Foi cimentada através do DECRETO Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 que consolidou os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.

O direito em tela traduz o dever do Estado de consultar os povos indígenas, reconhecendo-lhes autonomia para influenciar efetivamente o processo de tomada de decisões administrativas e legislativas que lhes afetem diretamente. A consulta deve sempre ser de boa-fé, bem informada e tendente a chegar a um acordo, realizada por meio das instituições representativas dos povos indígenas e mediante procedimentos adequados a cada circunstância.

A Convenção nº 169 da OIT objetivamente protege, através do direito à consulta, a autodeterminação dos povos diante de medidas que tenham potencialidade para afetar suas formas de existência física e cultural. E resguarda a manutenção e o bom funcionamento de suas instituições representativas, à medida que prevê a necessidade de disponibilização de recursos e meios necessários para tanto.

Em se tratando do PDL nº 28/2019, enquanto proposição legislativa que afetará diretamente os povos indígenas da Terra Indígena São Marcos, o direito em tela foi violado, impossibilitando o efetivo e horizontal debate. No que diz respeito ao momento em que o envolvimento dos povos indígenas e tribais deve ocorrer, a Convenção 169 não deixa dúvidas quanto a esse ponto, pois a consulta antecede quaisquer medidas administrativas e legislativas que possam afetar diretamente povos indígenas e tribais.

Quanto a necessidade de convocação dos demais órgãos oficiais para participação ativa e indispensável na concretização do processo de consulta, há-se de considerar as previsões constitucionais e a materialização da atuação dos órgãos indigenista e ambiental, bem como o Ministério Público, na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil e seus respectivos territórios.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219580129500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Isto posto, a fundamentalidade do instituto da igualdade nas relações e a solução dos conflitos, em que pese estarem envolvidas populações vulnerabilizadas, é pelo tratamento de interesses e bens difusos, que são preferencialmente protegidos por via das tutelas coletivas.

A reparação dos danos se faz necessária ante os impactos sociais e ambientais e a já impossibilidade de usufruto exclusivo dos territórios pelos indígenas, conforme prevê a Constituição Federal, e que será potencializada pelo que propõe o PDL nº 28/2019. Dos impactos, destacam-se o garimpo ilegal, a destruição da floresta nativa para a construção da área urbana e o lixo instalado próximo das comunidades contaminando o solo, base da sustentabilidade alimentar, e vulnerabilizando de todas as formas possíveis as populações do referido território.

Sala das Sessões, julho de 2021.

DEPUTADA JOENIA WAPICHANA

Líder da REDE Sustentabilidade



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219580129500>





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Da Sra. Joenia Wapichana)**

Exclui da Área Indígena São
Marcos a área urbana da sede do
Município de Pacaraima (RR).

Assinaram eletronicamente o documento CD219580129500, nesta ordem:

- 1 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)
- 2 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT *-(p_7800)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB *-(p_7204)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

